

Febre Amarela: – Ex.^{mo} Sr. Ministro do Império, estou-lhe muito agradecida. Já faço uma colheita de 80 a 100 por dia graças ao seu valioso auxílio.
Ministro do Império: – Ex.^{ma} Febre, é para mim lisonjeiro este agradecimento, mas observo-lhe que não deve esquecer-se dos meus aliados, a Il.^{ma} Câmara Municipal e a Junta de Higiene que muito me coadjuvam nessa árdua tarefa.



A. Agostini. *Revista Ilustrada*. Publicado em 04/03/1876. Reprodução; *História da Caricatura no Brasil*, Herman Lima, Livraria José Olympio Editora, 1963, v. 2, p. 423.

Editorial

Este número da revista trata da temática “Estado e Política Social” sugerindo uma perspectiva de debate sobre esta que é uma recente e polêmica tradição de estudos. No universo da ampla área de Ciências Sociais, ainda que as questões de Estado não tenham sido esquecidas, a produção sobre as políticas sociais ganha corpo no mesmo processo em que o tema adquire maior centralidade pragmática na agenda pública dos anos 1990. As áreas mais especializadas como a Saúde Pública, o Urbanismo ou o Serviço Social, talvez, sejam as pioneiras nesse

campo de estudos, antecipando em uma década as preocupações inerentes.

Na verdade, lá se vai o tempo em que o Serviço Social tomou a política social como campo de produção acadêmica. A própria maioria intelectual da área a partir dos anos 1980 coincide com a tomada do tema como universo central de pesquisas, teses, dissertações, formação acadêmica de graduação e pós-graduação em todo o território nacional. Ou seja, não é episódica essa associação, afinal a política social aparece com centralidade nas diretrizes curriculares, no temário dos eventos científicos, nas áreas de concentração dos programas de pós-graduação e em variada literatura. Coincidindo a maior profissionalização e reconhecimento acadêmico da área de Serviço Social com a própria tomada das políticas sociais como campo de estudos, decorrência sem dúvida da atribuição na divisão sócio-técnica do trabalho. Embora a época da modernização conservadora do Estado entre os anos 1960 e 1970 já trouxesse profissionais aguerridos na defesa da identidade técnica com a área das políticas sociais, a articulação visceral toma sentido a partir dos anos de 1980 e, em especial, no curso do processo de apropriação da Teoria Crítica no meio profissional nesse período. O significado social da profissão e da política social no capitalismo (em geral, e na versão tardia brasileira) dota de sentido as investigações e ensaios que passam a ocupar a agenda profissional. Por isso, pode-se dizer que é na esteira da maior teorização que o debate profissional assume as políticas sociais como objeto de reflexão e ação profissional, desejando ainda superar as expectativas tecnocráticas dos períodos anteriores.

De posse desse legado, quisemos com esta **Em Pauta** reunir estudos que pudessem colaborar com apontamentos analíticos e ideopolíticos relevantes para tratar o tema hoje, num quase-balanço teórico da produção recente na ampla área de Ciências Sociais. Exigimos para isso um corte de abordagem que delimitasse as políticas sociais a partir do Estado e como um dispositivo de exercício de suas funções públicas, negligenciando desse modo um conjunto amplo de práticas que tomaram a cena social confundindo os sentidos, mas que não passam de ações filantrópicas ou de mercado típicas dos últimos tempos de reforma institucional do Estado e financeirização do Capitalismo. Como poderão verificar nos textos, o caso aqui é o de retomar o pensamento sobre as políticas sociais como Estado.

Associada a essa orientação de abordagem, um prisma de interpretação se firmou entre os colaboradores deste número. É comum aos textos aqui reunidos um movimento analítico plural, mas que deseja pular a linha do *discurso único* sobre o tema por conta de

um certo mal-estar perante a crescente banalização da pobreza e dos serviços públicos. Na verdade, os escritos se centram na *economia política da política social* como maneira de ir além das meras pautas institucionais e normativas das variantes de políticas. Quando não tanto assim, é no fundamento político dos direitos sociais que se busca entender o acesso e o sentido social da política social. Entretanto, em conjunto, há o anseio pelo desvelamento do problema da relação igualdade e liberdade na sociedade mercantil ou no modo como os campos de saberes vão lidando com essa contradição social.

O Dossiê Estado e Política Social, em conjunto, traz à tona o argumento de que a gradual substituição da idéia de igualdade como referência normativa e conceitual para a política social pela idéia de equidade como justificativa pragmática da política social “possível” não tem sido considerada com a ênfase que merece pelas ciências sociais. O esquecimento pode ser atribuído em parte à fase de unanimidades e consensos que caracteriza os tempos de hoje. A ausência de teorização e politização deste debate naturaliza a banalização da política social. Por isso, o dossiê, em sentido contrário, interpela alguns consensos e unanimidades que ameaçam excluir definitivamente do horizonte das possibilidades históricas a correção da desigualdade social pela via da política através da ação de um Estado substantivamente mais justo. A motivação primeira dessa interpelação é suscitar a capacidade de diferenciar o velho do novo como condição da prática política transformadora. Esta seria a chave principal para a leitura deste número. Em pauta a questão: será possível identificar, na sociedade brasileira, novas formas de relações sociais e econômicas que parecem escapar à determinação das relações do sistema capitalista? Em outras palavras: é possível identificar e afirmar o que é novo em uma sociedade em que o velho se metamorfoseia para resistir a toda e qualquer invenção social?

O Dossiê reúne artigos que analisam o processo de dissociação do termo política social de seus fundamentos teórico-conceituais, destacando a trajetória não linear de progressiva substituição do tema “desigualdade social” pela “pobreza” como objeto e substância da “questão social”. Sugere também a retomada da dimensão teórica dos estudos de política pública indicando a conformação de novos campos de saber a partir da junção entre teoria política e práticas de intervenção pública na esfera social.

O Dossiê Serviço Social aprecia a produção acadêmica do Serviço Social português, tratando dos principais temas abordados desde as origens da profissão até os anos 1970 em Portugal, demonstrando que a história profissional se confunde com as metamorfoses que

vai tomando a questão social ao longo dos anos no país. O artigo apresenta pesquisa sobre a relação profissão, autorepresentação profissional e contexto social, mostrando como as mudanças seguem as trilhas das diferentes relações “Estado e Políticas Sociais”.

A Entrevista tematiza um tema atualíssimo sobre a crise do capitalismo, os rebatimentos sobre políticas públicas e os desafios postos para os trabalhadores. A seção apresenta um dos pontos de vista que margeiam o debate intelectual e política atual. Com desafiante realismo, aborda-se a insuficiência das medidas tomadas até o momento e a gravidade da crise para a sociedade capitalista do nosso tempo e a particularidade do Governo Lula nesse contexto.

A Homenagem de Vida faz tributo a um dos intelectuais mais marcantes do pensamento social crítico sobre o Brasil, a dominação capitalista e o Estado: o mestre Octávio Ianni. Por meio dessa homenagem, a revista demarca o campo por onde a teoria crítica contemporânea pode apresentar maior fertilidade no sentido de fazer avançar às pesquisas e às lutas sociais nesse terreno que nomeamos “Estado e Políticas Sociais”. Do mestre tiramos a lição de que o conhecimento exige implicação social tanto para alavancar os estudos de realidade, aprimorar a teoria, como para influenciar os acontecimentos políticos. Esse é o sentido da nossa Revista. Esse é o legado de Octávio Ianni. Um convite à leitura.

Equipe Editorial

Altas Cavalarias
- Up lá!



K. Lixto. *A Caricatura*. Publicado em 22/09/1913. Reprodução; *História da Caricatura no Brasil*, Herman Lima, Livraria José Olympio Editora, 1963, v. 2, p. 423.

Editorial

The publication of this number brings back the “new” but already old polemical issue about state and social policy. Thought comparative social studies have never forgot state, especially on those questions connected with social policy, one can really say that there has been a sort of revival on this area as the concern about poverty, social justice and equality has entered the public agenda on the last ten years. However It has to be said that special fields of practice and research as Public Health, Urban Planning and Social Work have been pioneers in this revival and anticipated for more than a decade the specific concerns in this area.

Actually, social policy had been the inner core of social work academic production, research, teaching and practice. The theme’s return to the core of public policy coincides with the process of intellectual emancipation that occurred among the social workers in Brazil since after the eighties of the last century. Social policy has been indeed at the crossroad of

theory and practice and a strong key cross-regional areas as labor, social assistance, health care, social security, education and all the great areas of public social services. The theme has long played a central role in the graduate, pos-graduate programs, research, dissertations and theses nationwide. Thought along Brazilian "conservative modernization" process, one could already meet militant social workers defending the technical and political affinity with the area, this inner affinity was endowed with the discovery of a vocation that came with the appropriation of Critical Theory by the professional milieu. The social significance of social policy and social work in capitalist society confers a especial meaning to research, professional practice and academic production in Brazil. One can actually say that theoretical discussion opened and enlarged social policy area among social workers and turned out to be the target of professional action and thought, seeking to surmount the traditional technocratic heritage.

This issue intends to gather some papers that could contribute to rethink this heritage specially concerned with the linkages of state and social policy.

Following this approach the collaborators moved toward a theoretical and methodological pluralism. Actually the papers deal with the political economy of social policy as a strategy to go beyond institutional and normative paradigms. Other is the case of taking on the problem of human and social rights and their political foundations. Whence so ever equality and liberty emerges as antinomy, the theme has a pivotal role in some studies.

The Dossier State and Social Policy stands out the concern with the subtle but ongoing substitution of the idea of equality by equity. On the hole the idea is that the incremental replacement of the concept of "equality" as a normative principle of social policy by the concept of "equity" is a pragmatic moving and may impoverish social policy as policy. This risk has not been taking on seriously overall. In part this forgetfulness can be explained by the overall consensus about the "possible politics" nowadays. For this reason the Dossier questions some consensus in order to avoid the throwing away of the many historical possibilities of correcting social inequality via public policy. The main purpose of this questioning is to rescue the capacity of grasping differences between the old and new order as first condition for changing. That could be the keystone to the reading of this number of

Em Pauta. The point is: is it possible to identify in Brazilian society new forms of social and economic relations that seem to escape from capitalist determinations? In other words: is it possible to identify “the new” in a social formation in which “the old” assume “new” faces in order to resist at any and all social invention? This session gathers some analyses of the ongoing process of tearing apart the term “social policy” from its theoretical foundations, standing out the non linear pathway of the progressive substitution of the concern with social inequality by the concerns with poverty as substance and core of social policy. Nevertheless this set of texts suggest the rescuing of the theoretical dimensions of public policy pointing out the emergence of new intersession areas of political theory and public intervention on societal spheres.

The history of social work profession in Portugal is the main concern at the Social Work Dossier. Portuguese academic production is the road through which the author leads us to the social and historical meaning of the profession in Portugal. It deals with the professional concerns since its beginning to 1970 decade showing how professional history interweaves with the metamorphoses of social question in Portugal history. The research comes to interesting conclusions over the interrelation between self professional identity and the progressive transformations of Portuguese State related to its social responsibility.

The actual crises of capital and its impacts on public policies is object of the interview which exposes one of the arguments in the recent debate over the recovery of economy. It stress the insufficient measures adopted so far by President Lula face the gravity of labor class conditions and its challenges. The same is considered when thinking about the future of capitalist society.

The special acknowledgement of this number goes to Octavio Ianni, outstanding intellectual aligned with the critical social thought in Brazil, specially concerned with capitalist domination and the role of State. The homage intends to mark the roads that contemporary critical theory could take in order to renew theory, research and activism in the grounds of State and Social Policy. As scholar Ianni had taught us that knowing is commitment with reality and engagement to transform that reality. This is Ianni’s legacy and the commitment of Em Pauta that once more invites you to reading.

Editorial Board